

Militantes e militares na mídia: questões sobre a soberania da Amazônia Brasileira

Andrea Rabinovici

Professora da Universidade Federal de São Carlos (campus Sorocaba), pesquisadora do NEPAM-UNICAMP, e coeditora executiva da Revista Ambiente & Sociedade
E-mail: andrea@physis.org.br

A internacionalização da Amazônia brasileira: ameaça constante e banalização

O assunto mobiliza muitas pessoas. Em 2005 ocorreu a audiência pública *A Internacionalização da Amazônia: Risco Real ou Temor Infundado*, promovida pelo Senado brasileiro. Nela militares afirmaram ter condições de enfrentar a ameaça de uma ocupação militar estrangeira na Amazônia¹. Em 2007, muitos fatos alimentaram o debate sobre a internacionalização da Amazônia: respondendo às preocupações dos militares, o Governo Federal mandou suspender a implantação de projeto de conservação da bacia Amazônica, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) provocando problemas diplomáticos. Diplomatas brasileiros têm defendido o uso sustentável da Amazônia, preocupados com sua transformação em um “jardim botânico do mundo”, sem uso econômico, apenas para ser admirada. A agenda do Ministério das Relações Exteriores soma várias negociações envolvendo, desde o uso de madeiras tropicais até o acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios.

Ainda em 2007: 1) Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas reuniram-se e criaram o Fórum Amazônia Sustentável, com metas como as de coibir a ilegalidade, acabar com a impunidade e a corrupção nos processos de degradação socioambiental e cobrar do governo brasileiro suas responsabilidades constitucionais; 2) ONGs selaram o “Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia”. O objetivo é o compromisso pela valorização da floresta amazônica e o fim do desmatamento²; 3) O *II Encontro dos*

¹ Radiobrás, 07/04/2005

² Folha de São Paulo, 30/10/2007, Dinheiro, p. B7.

Povos das Florestas resultou na reivindicação de que os povos não fossem esquecidos nos debates ambientais, reconhecendo que sua participação é estratégica para a solução efetiva dos problemas.

2005 a 2007 foram anos de grande destaque da região como problema ambiental mundial evidenciado por episódios como a Convenção da Diversidade Biológica-COP-8, Moratória da Soja e divulgação do Relatório do Painel Internacional sobre Mudança Climática- IPCC. Em meio a estatísticas sobre desmatamento crescente, discursos de representantes do Governo Federal (incluindo o Presidente), de que a Amazônia é nossa, foram feitos concomitantemente ao Projeto de Lei (PL) que altera Código Florestal. Também em 2007 a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, fez apelo aos países ricos para que ajudem as nações em desenvolvimento a implementar ações contra a devastação ambiental. Para a ministra, a ajuda é questão de ética e solidariedade.

Algumas ONGs criticaram as estratégias governamentais para a redução do desmatamento e ajudaram a aumentar o quase consenso, de que a cooperação internacional é fundamental para a manutenção da floresta e, se esta não for suficiente, algumas defendem a sua internacionalização, fazendo com que grupos diversos se mobilizem para defender a soberania brasileira. Em janeiro de 2008 o Presidente Lula recomendou que as ONGs, que criticaram o governo, fossem “plantar árvores nos seus países”³.

Neste ensaio o objetivo é refletir, a partir das notícias divulgadas pela imprensa brasileira entre os anos de 2005 e 2008, sobre possíveis polêmicas que podem desviar o foco das reais causas do desmatamento, além de dificultar a participação dos atores locais na busca de soluções aos conflitos.

A Amazônia brasileira como centro de interesses

A Amazônia é importante vitrine do Brasil frente à comunidade internacional por suas riquezas e seus riscos relacionados à localização geográfica, a sociobiodiversidade, paisagens, mananciais, considerados os maiores patrimônios mundiais e contabilizados enquanto *commodities* do futuro somando

³ “Lula critica ONGs e diz que fronteira agrícola não pode ser culpada por desmatamento da Amazônia”. *O Globo*, 30/01/2008, disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/01/30/lula_critica_ongs_diz_que_frente_a_agricola_nao_pode_ser_culpada_por_desmatamento_da_amazonia-354997614.asp, acessado em 30/01/2008.

a biotecnologia, sequestro de carbono, ciclos hidroquímicos, entre outros (Silva, 2003).

A região também é campo de disputas no qual preocupações, concepções e interesses são expressos por grupos divergentes. A politização das questões ambientais projeta o Brasil no espaço político transnacional transformando-o em caso emblemático do ambientalismo contemporâneo (Zhour, 2001, 2002).

Outra questão preocupante, ressaltada por Val⁴ e autores do artigo "Globalização da Conservação" (Rodríguez et al., 2007), é a necessidade de investimento maciço em pesquisa científica brasileira naquela região. Segundo Val (2005) em quatro meses de 2005 foram publicados 452 artigos científicos sobre a Amazônia brasileira; mas em apenas 100 deles houve participação de brasileiros; 78% das pesquisas foram produzidas por estudiosos de outros países. Segundo ele: "Isso é perda de soberania, pois não temos o domínio das informações produzidas com base em material científico coletado no território brasileiro". Segundo a *Science*, somente 30% dos artigos científicos sobre a Amazônia foram escritos por brasileiros (Rodríguez et al., 2007).

A definição de fronteiras (Schmink e Wood, 1992) já foi motivo de disputa entre os países vizinhos ao Brasil, baseada em teorias que tratam da necessidade da internacionalização dos chamados bens públicos (*global commons*). Respostas a estas questões vêm sendo cobradas pela opinião pública através de mobilizações que têm forçado a pauta e o pronunciamento por parte das instâncias governamentais.

A mídia amplifica o debate sem orientar para o aprofundamento da reflexão, alternando constantemente os supostos inimigos: governos estrangeiros, militares, empresas e as ONGs. A polêmica ressurge e se repete ciclicamente sem medidas concretas e articulação dos interessados em prol da sobrevivência da maior floresta brasileira. Para Zhour (2002), esse fantasma da internacionalização constantemente elege organizações sociais e políticas, as esvazia e descontextualiza de suas posições históricas. Para a autora, desde a década de 1980, a ideia de internacionalização vem assumindo novas feições, se revigorando.

Fatos recentes noticiados contribuem para exemplificar a discussão, demonstrando incoerências nos discursos dos diversos atores que, preocupados com a nacionalização, solicitam recursos à

⁴ NOVAES, W. "As dúvidas amazônicas relegadas ao silêncio". *O Estado de S. Paulo*, 29/7/05.

cooperação internacional, como aparece nos discursos feitos em 2007⁵ pelo Presidente Lula e em 2006 pelo alto escalão do seu governo⁶ quando informam que a Amazônia é brasileira e não está à venda, ao mesmo tempo em que solicitam apoio e transferência de tecnologias e ressaltam que a sustentabilidade é um campo propício à cooperação ao qual estão abertos, claro, respeitadas a legislação e a soberania brasileira.

A bandeira do nacionalismo ressurgiu confusa e polariza com a noção de governança global, através da qual a gerência da temática ambiental passa a ser assumida pela sociedade internacional, mundial ou global e não só pelo Estado. Para Zhouri (2002), discursos sobre a internacionalização da Amazônia dependem de interesses de diversos atores e, por isso, conforme o jogo, alternam projetos e inimigos. A floresta não pode ser alvo de preocupações da sociedade civil internacional, mas ONGs nacionais, com dinheiro estrangeiro, podem trabalhar com tranquilidade, assim como interesses de mercado transnacionais são permitidos e/ou incentivados, ou sistemas de informação são instalados com tecnologia importada, sem muito alarde.

As ONGs da Amazônia e a Amazônia das ONGs

A Amazônia, no imaginário dos brasileiros é imenso reservatório de recursos naturais, garantia de futuro, vazio demográfico, vulnerável às pretensões de potências internacionais. As tensões da região são ideologizadas e, nesse contexto, o ambientalismo, como um dos vetores de uma nova configuração societária, seria responsável pela emergência de novo significado para a Amazônia, que, ecologizada, reacenderia a cobiça internacional (Gonçalves, 2001). As ONGs, com espaço de atuação cada vez maior, são estimuladas a trabalhar com a temática ambiental muito além de suas fronteiras.

⁵ Vide artigos: "A Amazônia é nossa", reage Lula a críticas sobre etanol". *Estadão Online*, 06/06/2007; <http://www.ambienteemfoco.com.br/?m=20070608&paged=2>, acessado em 06/06/2007. "Amazônia tem dono, diz Jobim". *O Estado de S. Paulo*, 13/10/2007. "Lula quer 'exorcizar' idéia de Amazônia internacional, diz jornal". *Estadão Online*, 24/09/2007. Disponível em: <http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=5968>, acessado em 24/09/2007.

⁶ Vide artigo: AMORIM, Celso; REZENDE, Sérgio, e SILVA, Marina. "A Amazônia não está à venda". *Folha de S. Paulo*, 17/10/2006. Vide "Marina Silva: Brasil quer países ricos mais solidários com Amazônia". *Jornal do Brasil on line*, 04/10/2007, disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=33885> acessado em 04/10/2007

A partir da década de 1960, muitas ONGs transnacionais elegeram a floresta amazônica como alvo de suas campanhas. Campanhas têm sido responsáveis por grande parte da formação da opinião pública sobre a região, bem como parte fundamental nas soluções. Muitos governos locais anseiam pelos aportes de recursos canalizados pelas ONGs para a conservação de suas florestas, cientistas batalham pelo financiamento de suas pesquisas e a geração significativa de conhecimento publicado por elas. Tal visibilidade, somada a declarações das ONGs ou de lideranças diversas atraem suspeitas. Teorias conspiratórias são formuladas e divulgadas, questionando o espaço e a legitimidade ocupada por elas: *Máfia verde*, *neocolonialismo verde*, *ocupação silenciosa* e *interesses ocultos* são expressões recorrentes na mídia, nas publicações.

As ONGs transnacionais, acusadas pelos militares de internacionalizar a Amazônia, respondem a estas questões tornando-se brasileiras em seus estatutos e trabalhando com parceiros locais. Além disso, avaliam que estas acusações desviam a atenção de interesses provenientes de grandes corporações. As *Big International Non Governmental Organizations* (BINGOS) muitas vezes criam campanhas, que incrementam substantivamente a arrecadação de recursos financeiros. Estas nem sempre demonstram efetividade na conservação ambiental, fato explicado em parte pelo desconhecimento efetivo da realidade local, ou pela priorização de demandas equivocadas como citam cientistas do *Wildlife Trust Alliance* (WTA) em artigo da *Science* (Rodríguez et al., 2007). Segundo a WTA, embora os recursos das ONGs cresçam exponencialmente, a verba dos governos e organismos multilaterais diminui, e as BINGOS acabam ditando as regras da conservação internacional.

Segundo Castro (2004), ONGs internacionais atuam em paralelo com organismos multilaterais e ajudam na elaboração de critérios de avaliação em nível mundial, com perspectivas universalistas que muitas vezes entram em choque com as estratégias dos Estados nacionais e das empresas transnacionais. Cabe às ONGs a responsabilidade de incluir os interesses dos países em desenvolvimento no cenário internacional.

Bentes (2005: 235) afirma que os novos atores sociais transformados pela "visão hollywoodiana das grandes ONGs conservacionistas" em ambientalistas, passam a ter papel secundário no processo decisório, dependentes de instituições governamentais e ONGs. Estas novas formas de ação englobam

práticas, políticas e atores sociais transnacionais (ativistas, militantes, *campaigners*) que são parte das organizações ambientalistas. Há uma transversalidade que atravessa as esferas globais e locais, sem, no entanto dissolvê-las completamente (Zhour, 2001: 4).

As ONGs transnacionais vêm se instalando no Brasil desde a década de 1970, investindo recursos financeiros, humanos, tecnológicos e inserindo a região amazônica no chamado sistema financeiro verde. Em 1971 o WWF inicia sua atuação no Brasil seguido por outras ONGs com importância crescente na região, inclusive somando grandes quantias em dinheiro doadas ao Governo, institutos de pesquisa e ONGs locais e adquirindo porções do território amazônico. Além de se assumirem como representantes de interesses coletivos, apesar de sua questionável expressão social, atribuem para si parte da responsabilidade sobre a gestão dos recursos naturais alegando, muitas vezes veladamente, o descaso do poder público e fazendo frente aos diversos interesses internacionais.

Entre as principais ONGs transnacionais com projetos na Amazônia estão: WWF-Br, *The Nature Conservancy* (TNC), Conservação Internacional Brasil (CI-Br), Amigos da Terra, União Mundial pela Conservação da Natureza (IUCN) e *Greenpeace*. Nos jornais o número de ONGs na Amazônia varia de 100 a 100 mil. Segundo Abdala (2000), as parcerias com ONGs têm financiado basicamente estudos sobre viabilidade econômica de produtos da floresta, pesquisa básica em aspectos ecológicos e Educação Ambiental, além do fortalecimento institucional de ONGs e centros de pesquisa.

Não se conhece quais os grupos sociais que defendem o controle do desmatamento hoje na Amazônia e qual a base social das políticas públicas para a região. Um caso emblemático é o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), financiado pelos sete países mais ricos do mundo, considerado modelo inovador de cooperação entre governos, sociedade civil e a comunidade internacional, e que, segundo Silva (2003), insere, definitivamente a Amazônia no esforço de Governança Global.

As redes sociais e políticas somam-se às ONGs amazônicas para fortalecimento na definição das políticas públicas, tornando-se atores importantes da sociedade civil. Essas redes também estão sob perfusão das agências internacionais de desenvolvimento levando à reflexão sobre se elas são novos produtos do mercado do

desenvolvimento ou existe realmente uma cultura de rede por trás destas estruturas.

Considerando a bio e sociodiversidade como estratégica nas relações internacionais, ocorre a necessidade de análise das influências e participações dos diversos atores internacionais envolvidos, sob o ponto de vista da soberania e da segurança nacional. Goldman (2001) expande às ONGs a acusação que faz aos especialistas, de estudarem a conservação e as possíveis soluções dentro de uma ótica desenvolvimentista, buscando a reestruturação das capacidades e relações sociais-naturais dos países em desenvolvimento para acomodar a expansão do capital transnacional. Estes questionamentos problematizam as teorias recentes sobre os processos atuais de gestão da natureza - que excluem as populações invisíveis da condução dos destinos dos recursos naturais (Goldman, 1998). Diegues (1998) cita como contraponto a esta questão, exemplos de comunidades que reassumem, com sucesso, o controle dos bens comunitários com a possibilidade de transformações de perspectivas, ideologia e cultura.

O projeto dos *commons*, para Goldman (2001), seria uma forma de dominação e imperialismo, algo como um neocolonialismo ou colonialismo ambiental, pois, através de reestruturações dos *commons* se chegaria a uma acomodação de capitalismo que não paralisa as práticas destrutivas, mas as normaliza e institucionaliza colocando os habitantes dos espaços comuns sob riscos ainda maiores.

À parte disso, especialmente nos países em desenvolvimento megadiversos, estratégia comum a algumas ONGs é a aquisição de grandes áreas para a conservação, e a reivindicação do manejo, mesmo que indireto, de grandes porções de territórios. A participação de ONGs nas políticas públicas pode ser compreendida como uma armadilha (Gonçalves, 1996), já que o discurso governamental de falta de verbas para a viabilização de suas atribuições e o consequente repasse delas aos parceiros faz com que as ONGs se assumam como prestadoras de serviços, obrigatoriamente públicos, e, com isso, comprometam a concepção de direito social, uma vez que a população passa a cobrá-las pelos serviços. Em muitos casos, os recursos utilizados pelas ONGs para cumprir tais demandas, são públicos, caracterizando o descaso do Estado com relação ao seu papel constitucional.

Para Rabinovici (2002a, 2002b), uma preocupação importante é a do limite da atuação das ONGs transnacionais que

agem independentemente das fronteiras nacionais e que têm alargado sua ação substituindo muitas vezes o Estado, fazendo parcerias, as quais carecem de critérios técnicos - operacionais e filosóficos para sua avaliação, agravando a questão da representatividade e controle das ações. Como avaliar suas ações e estratégias? Com quais indicadores? Como mensurar a legitimidade e representatividade das ações das ONGs? Rabinovici (2005) aponta quatro indicadores usados como forma de controle do trabalho de ONGs: dos financiadores em troca dos recursos obtidos; das pessoas que receberam diretamente os serviços das ONGs; da opinião pública a respeito da credibilidade de seus trabalhos, além, é claro, a consecução ou não dos objetivos a que se propuseram. As avaliações, no entanto, são realizadas pelas próprias ONGs.

O aspecto internacionalista tem sido aproveitado pelas ONGs muito mais do que pelos governos, na forma de estabelecimento de cooperações, parcerias e troca de informações. As ONGs obtêm, cada vez mais, participação, representação internacional e reconhecimento.

A internacionalização da Amazônia pode ser o emblema da questão. Nela, as fronteiras estão cada vez mais indefinidas: sob poder de índios, grandes porções territoriais não são de domínio brasileiro; ONGs transnacionais bem como grandes empresas atuam livremente.

A governança nas Amazônias e a ambientalização das comunidades locais

O debate extrapola o ambiente dos profissionais e acadêmicos e abrange protagonistas locais. Esse fato, segundo Gonçalves (2001: 14) torna "extremamente complexo o debate em torno da Amazônia. Já não se pode opor simplesmente os brasileiros aos estrangeiros, como um certo tipo de nacionalismo estreito costuma ver o problema". Diferentes visões para o futuro da Amazônia são encontradas entre brasileiros e estrangeiros.

Schmink e Wood (1992) contextualizam historicamente o processo de politização das populações amazônicas conhecidas como "populações invisíveis". Segundo os autores, começa a aparecer, ao término dos governos militares, discursos que legitimam e iluminam novas alternativas oriundas destas populações.

A valorização das culturas locais se dá por várias vias, principalmente econômica, quando países do Norte começam a se

interessar pelos produtos, conhecidos e desconhecidos, da floresta. As comunidades são vistas como repositórios de conhecimento e as práticas extrativistas como alternativas para novos rumos políticos. As reservas extrativistas são costuradas em torno destes eixos de valorização e de um mutante discurso ambientalista.

Os grupos sociais amazônicos, definidos pelo acesso comum aos recursos naturais e formas cotidianas de apropriação destes, vão, aos poucos deixando de ser atores isolados no processo, para se tornarem coletividade capaz de se mobilizar em prol de seus interesses, formando movimentos de resistência. Segundo Rabinovici (2002b: 77), essas comunidades adotaram discursos e práticas conservacionistas passando a fazer parte do chamado Ambientalismo Mundial, tornando o seu discurso esverdeado e esvaziado da questão política e social.

Apesar dessa constatação, observa-se a politização formando novos atores engajados na defesa de interesses comuns. Constroem-se novos contextos sociais, poderes locais transcendem o regional, notam-se mudanças e transformações que criam e recriam atores sociais que irão lutar pelos seus direitos, construindo arenas que poderão redefinir os cursos históricos.

Ainda assim é comum esquecermo-nos das comunidades locais, que, esperançosas com a visibilidade da região, segundo Crespo (s/d) anseiam pela sua inclusão nos debates. A autora pergunta: o que pensam os Amazônidas sobre essa preocupação mundial com a floresta? Como se projeta essa identidade reclamada pelos atores locais, em contraposição ao desejo do mundo, ou projeções exógenas? Às perguntas de Crespo acrescentamos: o que pensam eles sobre as diferentes soluções apresentadas por ONGs e governos?

Crespo afirma que há uma

espécie de perplexidade contraditória, mas lúcida, que anima aquela população insistentemente assolada por projetos de Brasil grande (militares), sustentável (ambientalistas), e patrimônio da humanidade (coalizão estranha, cada vez mais eficaz, do capital internacional com as autoridades/instituições que se ocupam da governabilidade global...) (Crespo, s/d: s/p).

Crespo perfila três momentos nos quais ocorrem manifestações da "amazonidade": a) tentativa de se contrapor à tese do vazio geográfico afirmando a existência de uma população miscigenada, os "povos da floresta"; b) a amazonidade é manifestada na defesa e valorização da vocação econômica da

região, tendo a diversidade cultural, ambiental e social como maior símbolo; c) os amazônidas querem deixar de ser estigmatizados, desejam ser conhecidos e ouvidos.

A noção de conflito social passa a ser o foco de atenção ao estudarmos os processos de transformação da Amazônia. Nestes processos, as comunidades chegam a novos conhecimentos a respeito de si e do mundo e de como, estrategicamente, lidar com eles. Segundo Le Prestre (2000) a emergência dos movimentos sociais de setores marginalizados da Amazônia, sua articulação e inserção no debate internacional tem permitido a viabilização de projetos em comum - o monopólio das relações internacionais não é mais do Estado, fazendo com que a Amazônia esteja inserida nas agendas de Governança Global.

As ONGs, cada vez mais influentes na produção e divulgação de conhecimento, estariam trabalhando e produzindo novas clivagens e equilíbrios de poder na política mundial e “nesse contexto, a ciência e indivíduos especialistas em diversas questões também emergem como novas forças” (Inouê, 2003: 83).

A comunidade epistêmica segundo Inouê (2003) legitimará seus discursos ofuscando as divisões entre nacional e transnacional, na medida em que, ao reforçar o papel do conhecimento científico e das redes de especialistas na formação de regimes políticos, acabam ligando processos domésticos aos internacionais entre governos.

A autora indica que uma das forças de mudanças globais seria a emergência de questões ambientais com o enfraquecimento de sistemas inteiros, que estariam fortalecendo subsistemas, descentralizando o tratamento de temáticas fundamentais. Com isso, ampliariam as capacidades e orientações dos cidadãos comuns, que passam a ser menos ingênuos e alheios às questões globais. Tal desdobramento nega a afirmação comum de que as coletividades dos países subdesenvolvidos são apáticas e ingênuas.

Ferreira (1999: 46) afirma que as formas de atuação das ONGs aumentam “seus recursos de poder e legitimidade numa intensidade antes inimaginável”, na medida em que encontram soluções simples para problemas complexos. Para a autora, os discursos contestatórios e de oposição, vão cedendo lugar a um esforço maior que é o da criação de competências técnicas, científicas que sirvam como referência na busca de soluções aos problemas ambientais. Ainda segundo Ferreira (1999), as ONGs podem vir a ser canais fundamentais de reabilitação de conhecimentos, criação de nova gramática social através da busca

de saberes comuns e padrões entre os diferentes tipos de ação e atores sociais pulverizados.

As redes amazônicas, formadas por ONGs, buscam na articulação, peso maior na definição de políticas públicas, e almejam a transformação da governança regional. São também, em grande parte induzidas, criadas e financiadas por dinheiro de agências e organizações internacionais.

Desdobramentos da oposição militantes x militares

Para Zhouri (2002) ao se acusarem mutuamente, ONGs e militares deslocam o foco da crítica que poderia ser endereçada às indústrias madeireiras, mineradoras, farmacêuticas e ao agronegócio, atuantes na região. Também transformam atores sociais em estereótipos, colocando-os em oposição, simplificam temas sociais e políticos, e deslegitimam demandas socioambientais. Os temas são reduzidos a problemas de conspiração, segurança e soberania. O debate sobre direitos é transformado em uma disputa de interesses que impede o avanço da consciência, fundamental para que ocorram transformações.

Zhouri (2002) argumenta que essa abordagem, em termos geopolíticos, gera uma polêmica onde a bipolaridade do *nós*, brasileiros, contra *eles*, os 'países desenvolvidos', culmina em significados genéricos para ambos, passando a englobar todas as diferenças em categorias opostas porém homogêneas e simplificadas. Assim, atores sociais diversos, como governos, corporações e ambientalistas podem ser confundidos com capitalistas e tidos como inimigos externos a serem combatidos pelas Forças Armadas, excluindo a possibilidade de alianças. Esta bipolaridade pode desdobrar na oposição entre economia e meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade, com consequências já conhecidas.

A disputa com ONGs e ambientalistas além de desviar o foco de questões fundamentais, dá margem à construção de teorias conspiratórias. Ambientalistas, *ongueiros*, como se fossem uma só voz, são estereotipados e rotulados de "subversivos", "inimigos da nação", "forças adversas", bem como românticos, ingênuos e imaturos, a despeito de serem percebidos como representantes de interesses estrangeiros. São também conceituados como ricos que desconhecem a Amazônia, sem autorização para falar em seu nome, quando não são associados à crimes internacionais, biopirataria, narcotráfico e guerrilha (Zhouri, 2001, 2002).

Não há possibilidade de isolamento ou de um nacionalismo purificador. O diálogo global é um fato e as soluções aos problemas da Amazônia passam, necessariamente, por todos⁷. Nos mais inflamados discursos políticos sobre a “nossa Amazônia” a dependência externa é confirmada já que para defendê-la, de fato, necessitamos de recursos financeiros, científicos, tecnológicos e humanos além da soma de esforços com os demais países detentores da floresta amazônica.

De acordo com levantamento do jornal O Estado de S. Paulo⁸, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Holanda investem juntos, por ano, R\$ 108,9 milhões na preservação da floresta brasileira. O valor é mais volumoso que os R\$ 96,4 milhões aplicados em ambiente pelos nove Estados da Amazônia Legal em 2005. E é superior aos R\$ 58 milhões que o Ministério do Meio Ambiente destinou aos Estados amazônicos em 2006. Além disso, a reportagem mostra que as maiores ONGs injetam R\$ 36,6 milhões por ano na floresta advindos de suas respectivas sedes e da cooperação internacional.

Internacionalização, cooperação, soberania e segurança

A internacionalização da Amazônia tem ocorrido paralelamente aos discursos nacionalistas desde a época do regime ditatorial, com slogans como “integrar para não entregar”. A floresta é um trunfo para afirmação de um projeto nacional, que a inscreve permanentemente na instância diplomática e militar, envolvendo questões de soberania e de segurança. Mesmo questões de vigilância são internacionalizadas - a internacionalização do grande capital estrangeiro, que, tutelado pelo governo, se instala no território amazônico. Para Sachs (2000: 64), o “espantalho da ingerência ecológica”, tantas vezes mencionado por políticos, serve para desviar a atenção de problemas reais da região.

Para Abdala (2000), as controvérsias sobre a cooperação internacional na Amazônia acirram disputas entre grupos políticos, revelando dois ou mais “Brasis”, o dos nacionalistas (valorizam a soberania nacional e atribuem à ciência, tecnologia e meio ambiente as relações de poder entre as nações) e dos globalistas

⁷ “Preservação da Amazônia depende de dinheiro de fora”. *Agência Estado / Yahoo*, 19/03/2007, disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=45397>. Acessado em 19/03/2007.

⁸ Idem.

(buscam enquadrar-se na Agenda internacional, guiados por executores de políticas carentes de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, mas que respondem concretamente às demandas sociais locais de modo a se manter no poder).

Conceitos e as ações de âmbito internacional, como soberania, segurança, papel do Estado, passam a reconfigurar-se a partir da questão ambiental (Tavares e Cunha, 2004). A pressão externa que tornou a Amazônia fator de preocupação do governo brasileiro: “ao invés de soberanamente tomar iniciativa em termos de políticas eficazes e de longo prazo para a Amazônia, o governo brasileiro age de forma reativa as pressões internacionais” (Silva, 2003: 176-177).

A internacionalização das Amazônias e seus paradoxos

Discursos de lideranças estrangeiras colocam a necessidade da internacionalização da Amazônia brasileira sob diversos pretextos. Questionam a capacidade dos brasileiros de cuidar da região e aceitam o desafio de gerenciá-la. O Brasil fica a mercê de sua incapacidade estatal e social de assumir a gestão do território, depende-se da sua internacionalização para fazer comércio e angariar fundos para sua conservação.

De acordo com Abdala (2000) a soberania passa a ser um paradigma flexível, aberto a novas percepções, dependendo dos interesses. Com a questão ambiental, aparecem conceitos como o de soberania compartilhada, segurança ecológica, segurança comum, ordem internacional cooperativa com a incorporação de um ideário ecologista em sentido amplo no processo diplomático e nas relações internacionais (Leis, 1991; Brigagão, 1991; CMMAD, 1988). A suplantação de diferenças geográficas, a substituição pelo conceito de geopolítica ambiental, atribui aos países com rica biodiversidade, o fortalecimento de seu papel estratégico e de influência no contexto global.

Leis (1991) sugere que o conceito de soberania seja revisto e adaptado às novas realidades ambientais globais. A absorção de conceitos e princípios do ambientalismo internacional nas políticas deve ser revista, já que estes são norteados por princípios desenvolvimentistas que não convivem com o uso produtivo da floresta (Bentes, 2005). O paradoxo da diplomacia brasileira permite a transnacionalização econômica, mas não aceita a da proteção ambiental. As ONGS muitas vezes tornam-se porta-vozes

dos problemas da Amazônia e com isso monopolizam a formação da opinião mundial sobre a região.

Bentes (2005) ressalta que o nível de interferência das grandes ONGs transnacionais nos pensamentos e processos decisórios, parece natural devido à desigualdade política internacional que lhes confere o poder de influenciar. A intervenção justifica-se pelas estatísticas que revelam crises que assolam a região e, também uma concepção tradicional de espaço absoluto e da territorialidade como expressão da soberania, que, segundo Gonçalves (2001), não é necessariamente incompatível com o Estado Nacional.

A transição entre paradigmas é vivenciada como ambiguidade por causa da distribuição geográfica própria do capitalismo na qual as particularidades e interesses locais são atravessados pela transnacionalidade do capital e do mercado (Zhourri, 2002).

Para Abdala (2000), a cooperação internacional ambiental na Amazônia tem prestado indiscutível contribuição na conservação e no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. No entanto, segundo o autor, são muitos os discursos, poucos os recursos financeiros e tecnológicos propalados pelos diversos órgãos governamentais e não-governamentais, além do fato de que a hegemonia liberal e a predominância ideológica da lógica do mercado inviabilizam um dos pressupostos da conservação sustentável que é a democratização e o reforço da esfera pública, e não a sua substituição pelo setor privado. Os repasses de recursos externos para o país estariam voltados quase que exclusivamente para projetos preservacionistas (Abdala, 2000).

Discursos separam e opõem questões econômicas e ambientais, reduzem conteúdos e significados produzidos pelos diversos atores e instituições. Comunidades locais, tidas como culturalmente inferiores, segmentadas, são vistas como objetos, através das quais ONGs conseguirão ocupar o território brasileiro.

No entanto, a transnacionalidade, influenciada pela ideologia da democracia e descentralização, pode provocar conflitos, ameaçar identidades e soberania, contribuindo para uma “superestrutura político-ideológica internacional-global” (Barros, 2006: 3).

Esses discursos unem concreta e imaginariamente, uma elite transnacional, os cidadãos do mundo, preocupados com uma cidadania global, ou até uma Diplomacia civil que integra em redes e instituições, indivíduos com objetivos comuns,

independentemente de fronteiras políticas (Ferreira, 2006). Para Yearley (1996), a consciência do global advém do aumento da circulação de cultura e informação: quanto mais se homogeneizam, mais as pessoas se percebem enquanto membros de uma comunidade global, e assim participam e/ou apoiam instituições transnacionais. O ambientalismo pode ser considerado uma das grandes ideologias transnacionais influentes globalmente: construção discursiva, ideológica e política altamente eficaz, baseada em problemas concretos e na ideia de justiça ambiental reforçando a necessidade da interferência de seus militantes.

A sustentabilidade da floresta passa pela cooperação internacional em função dos benefícios proporcionados pelos ecossistemas amazônicos à dinâmica do desenvolvimento global (Silva, 2004). O envolvimento de comunidades, se baseado em real amadurecimento e empoderamento dos interessados, a articulação de diferentes atores e identidades (nacionais ou internacionais, organizadas ou não) é o que garantirá a sustentabilidade da Amazônia.

Segundo Tavares e Cunha (2004), a perda de soberania não está diretamente ligada à existência de redes de políticas públicas globais. As instituições multilaterais podem ser entendidas como "uma maneira coletiva de gestão participativa e monitoramento de regras e padrões ajustados em escala global. Ao garantir parcerias com a sociedade civil e as instituições multilaterais, damos significado prático ao pensar globalmente - agir localmente" (Tavares e Cunha, 2004: 1).

Para Ferreira (1999), cabe ao ambientalismo contemporâneo participar do reordenamento do mundo e das relações entre sociedade e biosfera buscando novos pactos para a transformação dos conflitos. Além dos fatores comumente citados para justificar a necessidade de proteção da Amazônia, deve ser ressaltado o potencial da região na "gestação de um novo modelo de civilização" (Silva, 2004: 1), com o uso sustentável da floresta, solidariedade internacional e governança global coletiva.

Um diálogo mais qualificado, fora da escala imaginária, das acusações mútuas, discursos, projetos infantis e jogadas de marketing é necessário. Não há dúvidas de que o tempo e a energia desperdiçados com fantasmas poderiam ser canalizados para soluções concretas para a Amazônia.

Referências

ABDALA, F. de A. O Poder da Floresta: Ecologia e Política Internacional na Amazônia. Campinas, 2000. Dissertação. Departamento de Ciência Política, UNICAMP.

BARROS, F. L. de. "Banco Mundial e ONGs Ambientalistas Internacionais: interações sobre desenvolvimento, governança e participação". III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA76-07032006-201259.DOC

BENTES, R. "A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia". *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.

BRIGAGÃO, C. "Amazônia e Antártida". In: **Diagnósticos de segurança ecológica**. Mimeo, 1991.

CASTRO, C. P. "Florestas tropicais na arena mundial: desmatamento, política internacional e a Amazônia Brasileira". II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba/Campinas, 2004.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CRESPO, S. "Amazonidade: A luta contra uma identidade mítica". S/D. http://www.iser.org.br/exibe_noticias.php?mat_id=58, acessado em 13/02/08

DIEGUES, A. C. "Social Movements and the Remaking of the Commons in the Brazilian Amazon". In: Goldman, M. (Ed.). **Privatizing Nature**. London: Pluto Press/TNI, 1998, p. 56-74.

FERREIRA, L. da C. "Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania". In: Ferreira, L. da C. e Viola, E. (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996, p. 178-241.

_____. "Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro". *Ambiente e Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 35-54, 1999.

GOLDMAN, M. "Introduction: The Political Resurgence of the Commons and Inventing the Commons". In: Goldman, M. (Ed.). **Privatizing Nature**. London: Pluto Press/TNI, 1998, p. 01-53.

_____. "Inventando os comuns". In: Diegues, A. C. e Moreira, A. de C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001, p. 43-78.

GONÇALVES, C. P. "Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade". In: Sorrentino, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 135-184.

GONÇALVES, H. S. (Org.). *Organizações não governamentais: solução ou problema*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

INOUE, C. Y. A. *Construção do conceito de regime global de biodiversidade e estudo do caso Mamirauá: o papel da comunidade epistêmica da biologia da conservação em experiências locais que visam conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2003. Tese, Doutorado em Política e Gestão Ambiental, CDS, Universidade de Brasília.

LE PRESTRE, P. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: SENAC, 2000.

LEIS, H. "A desordem ecológica amazônica e a desordem político-econômica da ordem internacional". In: Aragón, Luis (Org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: Unamaz/UFPA, 1991.

RABINOVICI, A. "As Organizações Não-governamentais e o caráter internacional da gestão dos recursos naturais". *InterCivitas: Boletim de Relações Internacionais (Faculdades Tancredo Neves)*, v. 3, n. 11, p. 5-6, 2004.

_____. "Articulações e Parcerias entre Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs)". In: Neiman, Z. (Org.). *Meio Ambiente, educação e ecoturismo*. São Paulo: Manole, 2002a, p. 41-70.

_____. *As terras de todos e seus donos: desdobramentos possíveis das articulações e parcerias entre sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs)*. São Paulo, 2002b. Dissertação, Mestrado em Ciência Ambiental, PROCAM/Universidade de São Paulo.

RODRÍGUEZ, J. P. et al. "Globalization of Conservation: A View from the South". *Science*, v. 317, n. 5839, p. 755-756, 2007.

SACHS, I. "Amazônia: problema e solução". *Revista Política Externa*, v. 9, n. 2, p. 63-72, 2000.

SCHMINK, M. e WOOD, C. H. "Contested Frontiers in Amazonia: Introduction". In: _____ (Eds.). *Contested frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992, p. 1-32.

SILVA, A. L. T. da. *A Amazônia na governança global: o caso do PPG-7*. Campinas, 2003. Tese, Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP.

_____. "Cooperação internacional e sustentabilidade das florestas na Amazônia". *Revista Autor*, ano IV, n. 39, 2004.

TAVARES, E. M. F. e CUNHA, L. A. da. "Redes transnacionais e soberania nacional: a questão ambiental como base de políticas nacionais e ações de organismos multilaterais". II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004.

YEARLEY, S. *Sociology, Environmentalism and Globalization*. London: Sage, 1996.

ZHOURI, A. "O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado: ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros". XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2002.

_____. "Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos 'campaigners' britânicos pela Floresta Amazônica". *Revista de Antropologia*, v. 44, n. 1, 2001.